



## ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade  
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos trinta e um dias do mês de maio  
3 de dois mil e dezesseis, iniciada às 09 horas e 30 minutos, no auditório da Adusb, na  
4 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, em segunda  
5 convocação, presidida por Márcia Santos Lemos (presidente) e Jorge Nascimento (vice-  
6 presidente regional), onde estiveram presentes os 23 assinantes da lista de presença em  
7 anexo, com a seguinte pauta aprovada: 1. Informes; 2. Avaliação da conjuntura nacional  
8 e local; 3. Indicação de nomes para Comissão Estatuinte, CSP-Conlutas, Conselho do  
9 SURTE e Grupos de Trabalho da Adusb; 4. Minuta de resolução do orçamento  
10 participativo: análise e encaminhamentos. **1. Informes.** Cristiano informou sobre a  
11 participação da Adusb na reunião da CSP-Conlutas, entre os dias 27 e 29, quando ficou  
12 definido que a Central não defenderá, neste momento, a bandeira das eleições gerais já,  
13 mas continuará pautando a greve geral. Haroldo Mendes informou sobre a mobilização  
14 no campus de Jequié, para discutir a crise orçamentária, com a participação das três  
15 categorias em reuniões e na seção plenária na Câmara de vereadores da cidade; também  
16 relatou a situação precária dos cursos de saúde e a aquisição de materiais muito abaixo  
17 da demanda para o funcionamento regular; Professor Pimentel destacou a mobilização  
18 dos estudantes no campus de Jequié com paralisação das aulas, ato em frente a  
19 prefeitura de campus da UESB e caminhada até a Prefeitura Municipal da cidade.  
20 Márcia Lemos prestou os informes da mesa. Informou que o balancete financeiro do  
21 primeiro trimestre de 2016 está disponível nos murais do sindicato nos três campi. Vale  
22 registrar que documentos complementares, como notas fiscais e recibos, também podem  
23 ser consultados pelos(as) filiados(as) a qualquer momento nas secretarias da Adusb e  
24 que o balancete também já foi encaminhado ao Conselho Fiscal. Sobre os processos de  
25 revisão do adicional de insalubridade, no dia 19 de abril, 301 pedidos da UESB foram  
26 encaminhados ao governo e 58 já retornaram à Universidade, sendo que 57 processos  
27 obtiveram decisão favorável. De acordo com as informações da Secretaria de  
28 Administração e da Gerência de Recursos Humanos da UESB (GRH), outros 100  
29 processos devem ser devolvidos até o final da semana. O prazo dos demais é o dia 10 de  
30 junho. Para verificar o retorno dos processos, os professores devem entrar em contato  
31 com a GRH e aqueles docentes com pedido de reintegração deferido devem  
32 acompanhar, junto à Gerência de Recursos Humanos, a implantação do adicional de  
33 insalubridade na folha de pagamento. No que se refere às ações judiciais do sindicato  
34 para o pagamento da insalubridade, a Adusb possui duas decisões favoráveis. A  
35 primeira na Comarca de Vitória da Conquista como ação ordinária e a segunda do  
36 Tribunal de Justiça da Bahia com um mandado de segurança. Contudo, o Poder  
37 Judiciário continua a ignorar o descumprimento das sentenças por parte do governador

PA  
Cecilia

38 Rui Costa. A Adusb já protocolou uma série de denúncias legais sobre a situação,  
39 inclusive no Ministério Público, mas até o momento as punições previstas em lei não  
40 foram aplicadas. O II Encontro Nacional de Educação (ENE), promovido pela CSP-  
41 Conlutas, acontecerá de 16 a 18 de junho, em Brasília (DF), e os filiados e as filiadas  
42 que desejarem participar do II ENE devem entrar em contato com as secretarias da  
43 nossa seção sindical até o dia 2 de junho às 17h. As entidades de Vitória da Conquista,  
44 Jequié e Itapetinga que constroem o Comitê Baiano em Defesa da Educação Pública  
45 podem entregar à Adusb a lista com os representantes interessados em participar (nome  
46 completo, RG e telefone) também no dia 2 de junho, até às 17h. Vale lembrar que em  
47 ambos os casos o transporte até Brasília será terrestre. No dia 26 de abril do presente  
48 ano, o Escritório de advogados do Andes elaborou um parecer sobre o Marco  
49 Regulatório da Ciência e Tecnologia e sobre os seus efeitos para os docentes do ensino  
50 superior de todo país. Com a aprovação da lei, fica limitada a aquisição de produtos  
51 para pesquisa e seu desenvolvimento em até R\$ 300 mil, de acordo com as regras  
52 internas das Universidades. O montante é considerado pequeno para projetos de  
53 determinadas áreas do conhecimento. A dedicação exclusiva (DE) torna-se relativizada,  
54 pois permite que docentes ocupem cargos máximos de direção de fundações de apoio à  
55 pesquisa com remuneração. O desenvolvimento de atividades para além das já exercidas  
56 fere o princípio desse regime de trabalho tão importante para a consolidação das  
57 Universidades Públicas. A DE ficará fragilizada, abrindo espaço e justificativa para o  
58 governo avançar em seu projeto de colocar fim a esse regime de trabalho. De acordo  
59 com o parecer do ANDES-SN, o marco também permite que o docente “se afaste, por  
60 um período relevante, de suas atividades na universidade para se dedicar a outras que,  
61 por muitas vezes, não serão revertidas à instituição”. A lei permite também a  
62 “apropriação” de estrutura física e capital intelectual por empresas. O fato deixa clara a  
63 priorização de interesses de instituições privadas em detrimento das públicas. O  
64 Consepe pautou, na reunião do dia 20 de abril, mais uma vez, os critérios para o  
65 cadastro de reserva para promoção docente e a Adusb fez um pedido de reconsideração  
66 que foi acatado e será submetido ao Conselho. **2. Avaliação da conjuntura nacional e**  
67 **local.** Márcia Lemos informou sobre a conjuntura nacional. Existe, no cenário nacional,  
68 o avanço do projeto Escola Sem Partido. O PL 257/2016 foi retirado do regime de  
69 urgência para votar a nova meta fiscal. Reunião da Diretoria do ANDES e da  
70 Coordenação Nacional da CSP Conlutas – 27 a 29 de maio. Sobre a conjuntura estadual,  
71 Márcia Lemos informou sobre a nomeação de Walter Pinheiro como novo secretário de  
72 Educação e que o Fórum das Ads já solicitou reunião. Haverá reunião do Fórum das  
73 ADs no dia 3 de junho para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017. Haverá  
74 uma plenária da Fetrab no dia 07 de junho para buscar construir a Greve geral e debater  
75 o PL 257/2016. Houve uma importante semana de mobilização do Setor das Estaduais  
76 do ANDES, entre os dias 23 e 25 de maio, sendo que no dia 24 houve paralisação das  
77 atividades docentes, aprovada em assembleia da categoria. Em Vitória da Conquista,  
78 professores, estudantes e técnicos da Uesb fecharam o acesso à Av. Olívia Flores por  
79 quatro horas na manhã no dia 24 de maio. As três categorias mobilizadas contra os  
80 ataques do governo e da reitoria à Universidade constituem o movimento Uesb Resiste.  
81 O objetivo do protesto foi denunciar para a sociedade os graves problemas causados  
82 pela falta de recursos orçamentários e o processo de sucateamento do serviço público. A  
83 atividade também contou com o apoio dos professores municipais (Simpmp), técnicos da  
84 UFBA (Assufba) e trabalhadores da saúde (Sindsaúde). Em Jequié, cerca de 80 pessoas  
85 estiveram presentes no trancamento dos portões da UESB no dia 24 de maio e a  
86 comunidade universitária denunciou os cortes no orçamento e reivindicou 7% da  
87 Receita Líquida de Impostos para as Universidades Estaduais. Ainda durante a manhã

  
AlChas

88 foi realizada uma assembleia estudantil e no turno da tarde alunos de diversos cursos se  
89 reuniram com a diretoria da Adusb. Em Itapetinga, no dia 23 de maio, a comunidade  
90 acadêmica participou de uma oficina de cartazes e reunião com sindicatos. A  
91 mobilização teve continuidade na manhã do dia 24 de maio com realização de café da  
92 manhã e trancamento dos portões da Uesb. Uma panfletagem na Alameda foi realizada  
93 em conjunto com a APLB, Sindtatiba e Sindicato de Verdade sobre a perda de direitos  
94 trabalhistas, greve da educação no município e permanência estudantil. Professores,  
95 estudantes e técnicos participaram ainda de um sarau político-cultural no Clube dos  
96 Operários. No dia 25 de maio ocorreu um debate sobre dívida pública, PL 256/16 e  
97 arrocho salarial na sede do Sindicato dos Bancários, em Vitória da Conquista, a partir  
98 das 19h, conduzido pelo professor do curso de economia da Uesb e filiado da Adusb,  
99 Marcos Tavares. Sobre a posição das Reitorias para a crise orçamentária, o Fórum de  
100 Reitores lançou uma nota no dia 11 de maio à comunidade acadêmica sobre alteração de  
101 carga horária/ concurso/ promoção e progressão/substitutos, após muita cobrança do  
102 Fórum das ADs. No entanto, ao contrário do solicitado pelo Fórum das ADs, o Fórum  
103 de Reitores fez um comunicado informando sobre os posicionamentos do governo em  
104 relação às questões levantadas. A nota não traz qualquer ponderação sobre o impacto  
105 dessa posição do Governo para o funcionamento da graduação, com a suspensão de  
106 disciplinas ou para o cumprimento da legislação trabalhista. Reitores e Reitora  
107 comportam-se como representantes do governo Rui Costa, quando deveriam sê-lo de  
108 suas universidades. Na UESB, ao invés de denunciar a crise e enfrentar o governo, a  
109 reitoria apresentou a proposta de um “Plano de Otimização de Recursos”, que pretende  
110 ignorar o princípio da gratuidade das instituições públicas, permitindo a cobrança de  
111 taxas para participação de eventos e extinguir os editais com financiamento interno de  
112 pesquisa e extensão. Sobre a licença sabática, a reitoria da UESB novamente deixou  
113 claro seu papel de gerente do governo na reunião do Conselho Superior Universitário  
114 (CONSU) do dia 17 de maio. A Adusb apresentou o parecer jurídico, que considera  
115 como elemento central para concessão da licença o tempo de serviço, no entanto, antes  
116 mesmo de um posicionamento oficial do Estado sobre o tema, a Procuradoria Jurídica  
117 da Universidade optou pela interpretação que restringe a sabática para a maior parte dos  
118 professores. Márcia Lemos lembrou que, com a aprovação da lei 13.471/15, a partir do  
119 dia 30 de dezembro de 2015, a licença sabática foi extinta da carreira dos professores  
120 das Universidades Estaduais da Bahia. Na reunião do CONSU, o assessor jurídico da  
121 Adusb, Érick Menezes, apresentou um parecer fundamentado no artigo 5º da  
122 Constituição Federal e no Estatuto do Magistério Superior que assegura o direito  
123 adquirido à licença para todos que possuem o tempo de serviço exigido. Os demais  
124 requisitos, como a aprovação pelo departamento do plano de aperfeiçoamento técnico-  
125 profissional, só precisam ser cumpridos quando da solicitação do usufruto do direito.  
126 Menezes entende que a partir da data de aprovação da lei os professores não podem  
127 adquirir novos períodos de afastamento, mas podem usufruir daqueles já conquistados.  
128 O Fórum das ADs, reunido com o Fórum de reitores no dia 14 de março, cobrou  
129 posicionamento sobre a questão, já que diversos docentes solicitaram a utilização da  
130 licença baseados no tempo de serviço. Pressionado pelo CONSU, o reitor da UESB leu  
131 o parecer das Procuradorias Jurídicas das quatro Universidades Estaduais, inclusive a da  
132 UESB. Neste parecer, ainda não entregue por escrito ao Fórum das ADs, as  
133 procuradorias afirmam que só existe direito adquirido para o docente que, antes da  
134 publicação da lei, solicitou a licença, cumprindo além do tempo, as condições de  
135 fruição. Isso significa que a administração da UESB será conivente com a violência  
136 utilizada pelo Governo Rui Costa para alterar o Estatuto do Magistério e negará aos  
137 professores um direito consolidado há mais de 10 anos. Os Conselheiros não acataram o

ptb  
CChay

138 entendimento jurídico das procuradorias e solicitaram a reconsideração da ProJu com  
139 base no parecer apresentado pela Adusb. O vice-reitor da Universidade também assumiu  
140 a tarefa de apresentar uma nova linha de argumentação no sentido de preservar o direito  
141 dos professores e subsidiar o pedido de reconsideração. O Consu também aprovou uma  
142 nota de repúdio será produzida contra a retirada dos direitos trabalhistas pela lei  
143 13.471/15. O documento também exigirá o reconhecimento do direito adquirido à  
144 licença sabática a todos os professores com tempo de serviço necessário. Após a  
145 apresentação dos informes pela mesa, a categoria avaliou a conjuntura nacional e local e  
146 apontou para a necessidade de organização e resistência do funcionalismo público  
147 baiano, bem como da comunidade universitária. Os docentes avaliaram que os  
148 trabalhadores devem responder à altura aos ataques do governo Rui Costa (PT) e das  
149 Reitorias das Universidades Estaduais. Para os docentes é incontestável o avanço dos  
150 ataques aos direitos trabalhistas e sociais efetuados a nível federal, tanto pelo Partido  
151 dos Trabalhadores, quanto pelo governo interino do PMDB. A lei antiterrorismo, PLP  
152 257, reforma da previdência, propostas de privatização das Universidades por dentro e  
153 projeto Escola Sem Partido são alguns exemplos dessa política. A categoria também  
154 avaliou que nos últimos 13 anos, importantes setores dos movimentos sociais e sindicais  
155 foram desarticulados e apassivados pelos governos do PT. Após a avaliação, foram  
156 apreciadas e aprovadas as seguintes propostas de encaminhamento: 1) Evitar esforços  
157 com o objetivo de reorganizar a classe trabalhadora para enfrentar o aprofundamento  
158 das contra-reformas que retira direitos trabalhistas e sociais; 2) O GTPS deverá  
159 construir um debate com diversas correntes sobre “conjuntura política e eleições gerais  
160 já” nos três campi e, após o debate, incluir o tema como ponto de pauta na Assembleia,  
161 divulgar e chamar a categoria para ampliar a discussão e se posicionar; 3) Remeter a  
162 avaliação do “fora Temer” para o debate de conjuntura e posterior deliberação da  
163 assembleia. Pari passu manter a defesa intransigente da classe trabalhadora contra todos  
164 os agentes que operam a retirada dos direitos trabalhistas e sociais; 4) Fortalecer a  
165 perspectiva de construção da greve geral do funcionalismo público na Bahia contra o PL  
166 257/2016/ Escola sem partido/Escola Livre/ retirada de direitos trabalhistas e sociais e  
167 pela reposição inflacionária; 5) O Fórum das ADs deverá avaliar paralisação e/ou  
168 mobilização contra a posição do Fórum de reitores; 6) Nota de repúdio ao silêncio da  
169 Reitoria da Uesb quanto a crise orçamentária e solicitação de esclarecimento sobre sua  
170 omissão nos meios de comunicação. Encaminhamentos avaliados e não aprovados pela  
171 categoria: 1) A Adusb não deve assumir a bandeira das eleições gerais já como meio de  
172 luta contra os ataques aos direitos trabalhistas; 2) Colocar consulta no site da Adusb  
173 sobre Eleições gerais já; 3) A Adusb não deve assumir a bandeira “fora Temer”, mas a  
174 defesa intransigente da classe trabalhadora e contra todos os agentes que operam a  
175 retirada dos direitos trabalhistas e essa proposta não foi aprovada.. **3. Indicação de  
176 nomes para Comissão Estatuinte, CSP-Conlutas, Conselho do SURTE e Grupos de  
177 Trabalho da Adusb.** A categoria indicou e aprovou os seguintes nomes. Para a  
178 Comissão estatuinte, do campus de Jequié foi aprovado o nome de Daniel de Melo  
179 Silva, e os campi de Itapetinga e Vitória da Conquista ainda irão indicar. Para a CSP-  
180 Conlutas, Cristiano Lima Ferraz será o titular na coordenação nacional e coordenação  
181 estadual e secretaria executiva e Iracema Oliveira Lima será suplente. Para o Conselho  
182 do Surte, do campus de Vitória da Conquista foi aprovado o nome de Sérgio Luiz  
183 Carmelo Barroso, do campus de Jequié foi aprovado o nome de Daniel de Melo Silva e  
184 do campus de Itapetinga não houve indicação. O nome da professora Iracema Oliveira  
185 Lima foi aprovado para compor o GTPE e o nome do professor Haroldo José Mendes  
186 foi aprovado para o GT de Segurança Social. **4. Minuta de resolução do orçamento  
187 participativo: análise e encaminhamentos.** A minuta foi apresentada, mas em função

*PLS*  
*CC*

188 do horário estabelecido para o término da assembleia, ficou aprovado que a categoria  
189 avaliará a proposta posteriormente. Nada mais havendo a tratar, às 13 horas, eu, Cleide  
190 de Lima Chaves, secretária geral, lavro esta ata que será assinada por mim e pela  
191 presidente Márcia Santos Lemos.

Cleide de Lima Chaves  
Márcia Santos Lemos

### ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Aos 22 de Novembro de 2016, realizou-se a Assembleia dos Docentes da Universidade Estadual de Maracá de Bahia - UEMAR, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2016, no Auditório da Faculdade de Educação de Maracá, campus de Jequié, com a seguinte pauta: 1. Abertura por Márcia Santos Lemos (presidenta) e logo em seguida o pronunciamento especial, onde estiveram presentes os 25 membros do Colegiado de Prerrogativas, além dos seguintes pontos especiais: 2. Informe 2. Avaliação da estrutura atual do campus de Jequié; 3. Avaliação de temas para Conselho Acadêmico, CSE-Carreira, Conselho de Núcleo e Grupo de Trabalho da Adesb; 4. Minuta de resolução de aprovação participativa, análise e encaminhamentos; 5. Informe 3. Trabalho Informal sobre a reintegração de Adesb na estrutura do CSE-Carreira, entre os dias 17 e 19, quando ficou definido que o Conselho de Intelectuais, nos dias 20, 21 e 22 de novembro, por meio de uma comissão composta por Maria Gorete, Haroldo Mendes, além de outras a serem determinadas pelo Conselho de Jequié, para discutir a atual organização, com a participação das três categorias em questão e na sede física da Câmara de Vereadores da cidade, também a serem avaliadas questões da saúde e a possibilidade de instalação em outro local da cidade para o funcionamento regular. Profissionais docentes e mobilização dos estudantes em grupos de Apoio para organização das aulas, até em frente a Prefeitura de Jequié e a Universidade de Maracá. Márcia Lemos pediu os informes de mesa, informou que o balanço financeiro do exercício financeiro de 2016 está disponível nos sites do sindicato nos três campi. Vale ressaltar que documentos complementares, como notas fiscais e recibos, também podem ser consultados pelo(s) filiado(s) a qualquer momento nas secretarias da Adesb e também pelo site do sindicato já disponibilizado no Conselho Fiscal. Sobre os processos de renovação do contrato de trabalho, no dia 19 de abril, 341 pedidos de UEMAR foram encaminhados ao governo e 18 já encaminharam à Universidade, sendo que 37 processos já foram enviados para o Conselho. De acordo com as informações da Secretaria de Administração e da Comissão de Recursos Humanos da UEMAR (CRHU), outros 100 processos devem ser desenvolvidos até o final do semestre. Quanto aos dias 10 de maio e 11 de junho, para verificação e renovação dos contratos, os professores devem entrar em contato com a CRHU e solicitar o contato com pedido de reintegração durante o dia 10 de maio e 11 de junho, para a Comissão de Recursos Humanos, a implantação do contrato de trabalho no prazo de pagamento. No que se refere às ações judiciais do sindicato para a recuperação do reconhecimento, a Adesb possui duas demandas favoráveis. A primeira no Conselho de Trabalho da Companhia Saneamento e a segunda no Tribunal de Justiça de Bahia com um mandato de segurança. Contudo, o Poder Judiciário continua a ignorar o cumprimento das ações por parte do governador

Márcia  
Lemos